

Susana Cesco<sup>1</sup>

*A questão agrícola na ilha de Santa Catarina  
no século XIX*

**Evolução da agricultura no século XIX**

Originalmente, este trabalho, que é parte de uma pesquisa maior,<sup>2</sup> pretendia ser uma análise da Lei de Terras de 1850 e suas consequências para a ilha de Santa Catarina, especialmente de que forma a propriedade da terra, que passou a ser uma mercadoria de compra e venda, influenciou a devastação florestal e as práticas agrícolas na segunda metade do século XIX. Com o decorrer da pesquisa percebi, no entanto, o quanto as questões envolvendo terras, matas e agricultura eram mais amplas e envolviam também a porção urbana da ilha de Santa Catarina.

---

<sup>1</sup> Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é bolsista PRODOC no CPDA/UFRRJ. E-mail: susanacesco@gmail.com.

<sup>2</sup> A pesquisa em questão resultou em minha tese de doutorado em História pelo PPGHIS-UFRJ sob o título: Floresta, Agricultura e Cidade: transformações ambientais e sociais na ilha de Santa Catarina no século XIX.

A partir dessa constatação, o recorte temporal ampliou-se e recuou, procurando inserir-se no período designado pela historiografia como “Brasil Império” e um pouco antes, os últimos anos do “Período Colonial”. Isso basicamente circunscreveu a análise a um período de pouco menos de um século – últimos anos do século XVIII até o final do Império, no século XIX. Tal ampliação foi uma necessidade, pois, para entender a questão agrícola na ilha de Santa Catarina a partir da Lei de Terras, foi fundamental uma análise do período anterior a essa lei, elencando problemas e motivos que podem ter levado à elaboração da mesma e de outros textos legais sobre o tema. Essa ampliação, conseqüentemente, delimitou fronteiras físicas e, ao mesmo tempo, hibridizou fronteiras sociais e culturais dentro do território em questão, de certo modo reforçado pela insularidade.

Considerando que os grandes sistemas sociais e culturais elaborados no curso da história terminaram, inevitavelmente, por promover amplas conseqüências sobre o ambiente vivido, não menos do que sobre os homens, verifica-se que os modelos de colonização e ocupação do território brasileiro seguiram essa máxima. A política portuguesa para o sul do Brasil, especificamente, poderia ter gerado modelos mais amenos de ocupação da terra, pois estimulava a pequena propriedade, ao contrário dos grandes latifúndios monocultores que transformavam grandes áreas antes cobertas por uma fauna e flora diversificada em “tapetes” de um mesmo produto exótico. O resultado, no entanto, não diferiu muito.

Isso permite perceber a dicotomia existente entre o campo e a cidade no Brasil do período analisado e, ainda mais, em um espaço com fronteiras definidas pela insularidade

como a ilha de Santa Catarina, onde tais elementos convivem diariamente, sendo estreito o percurso dos alimentos produzidos no campo e consumidos na cidade. As distâncias são pequenas e confundem-se a ponto de estarem “diluídas” no dia a dia das pessoas, por vezes tornando-se elementos imperceptíveis. Também pode ser entendida como uma insatisfação com os limites que, no caso da ilha de Santa Catarina, é mais de ordem política que geográfica ou cultural, uma vez que esses limites estão em interação constante, especialmente na primeira metade do século XIX.

Sob esse aspecto, o tema “agricultura”, longamente analisado e estudado, e, possivelmente, uma das áreas de maior interesse de políticos e intelectuais do Império, produziu textos, livros e cartilhas com orientações para preservação e melhor aproveitamento das matas, rios e, especialmente, da terra para fins agrícolas. Buscando analisar esses documentos, associando-os a textos e correspondências oficiais, mapas de produção, exportação e importação da ilha, pode-se ter um panorama das técnicas agrícolas, produtos e produtores dessa área do Brasil, tida muitas vezes como laboratório de novos cultivos.

Considerando toda a legislação que, de certa forma, estava ligada à questão da terra e da agricultura, assim como outros documentos que podem pautar o tema, esta análise propõe uma abordagem diferente, procurando acrescentar outro elemento à questão, ampliando o leque de “fatores condicionantes” da agricultura no século XIX. Esse novo elemento, que vem somar-se à falta de crédito, à mão de obra escrava, à inserção de imigrantes e à monocultura, é a floresta e a necessidade de derrubá-la. A agricultura exigia terra limpa e esse é um fator importante do processo de

derrubada das matas para receber as sementes, aliado ao trabalho que isso significou, além dos custos de animais, equipamentos e mão de obra.

Os documentos aqui analisados são leis e decretos relacionados ao tema, manuais agrícolas e dados econômicos de produção, exportação e importação. Além desses, foram pesquisados e relacionados à atividade agrícola os relatórios sobre extração de madeira, análises geográficas sobre qualidade do solo e relevo, questões como vegetação predominante, animais locais e domesticados, e ideias de viajantes estrangeiros sobre o tema agricultura em um país tropical, onde, a princípio, acreditava-se que plantando tudo dava. Esses documentos, no âmbito do Brasil, permitem um entendimento mais profundo de temas já tão analisados, como os canaviais no Nordeste, os cafezais no Sudeste, o ouro e mais tarde a pecuária em Minas Gerais, além de experiências de pequenas propriedades produtoras de bens de primeira necessidade no Sul. Somando-se ao fator econômico, aos mercados estrangeiros, ao fator político, seus barões do café e senhores de engenho, existe a questão do meio ambiente, do clima, da vegetação e da qualidade do solo. No caso do sul do Brasil, especificamente da ilha de Santa Catarina, algumas características, especialmente o clima, foram um estímulo para o tipo de ocupação que se concentrou em lotes e agricultura familiar, visando o abastecimento de alimentos.

O desenvolvimento de atividades agrícolas iniciou-se com a derrubada da densa floresta que cobria a área, passando pela limpeza do terreno, secagem de áreas pantanosas, adaptação de culturas ao clima e ao terreno acidentado, em muitos casos, abertura de estradas e,

talvez um dos mais relevantes, conviver e negociar com a condição natural de ser agricultor em uma ilha. Isso tinha ligação direta com suas relações de exportação e importação com o continente fronteiro e com locais distantes, via oceano.

É importante ressaltar o papel da lavoura de subsistência no Brasil agroexportador de cana ou de café no século XIX. O prestígio e o dinheiro agregado aos grandes monocultores faziam com que, segundo Dean, esses agissem com imprudência e desviassem a maior parte do trabalho de seus escravos para essa tarefa, “forçando-os a comprar colheitas de subsistência de vizinhos. Na verdade, os preços de gêneros alimentícios se elevaram mais depressa que os dos exportáveis” (DEAN, 1996: 209). Essa compra por vezes era feita em locais mais distantes que se “especializaram” nesse tipo de lavoura, como no caso de Desterro, na ilha de Santa Catarina, com sua farinha de mandioca.

Do ponto de vista agrícola, a ocupação e transformação da paisagem local foi bem característica, tendo esse, relativamente, pequeno território sido palco de variadas culturas agrícolas, algumas puramente experimentais. Por ser uma ilha e, conseqüentemente, possuir uma fronteira territorial definida – sem considerarmos aterros, por exemplo – as noções de controle de território e de sua ocupação pareceram mais fáceis para os governantes. Porém, a divisão da ilha de Santa Catarina em lotes privilegiou alguns em detrimento de outros tantos, e a distribuição e o desenho geográfico local foram adquirindo contornos mais pela experiência do dia a dia, plantando, colhendo, desmatando, do que por determinações oficiais. A “estrada” foi sendo construída com o caminhar.

Ao invés de receber um lote demarcado, muitas vezes ocupava-se uma porção de terras por anos ou décadas e só depois essa era regularizada. O mesmo pode ser dito quanto ao recebimento de grãos e animais para iniciar a cultura, promessas do governo que demoravam ou sequer eram cumpridas. Tudo isso passava por um processo de “negociação” com o ambiente local, na maioria das vezes optando-se por produzir mandioca e outros produtos da terra cuja experiência já indicava sucesso ao invés de aventurar-se em novidades cuja praticidade de produção ainda era duvidosa. A agricultura da ilha emprestou características das grandes lavouras e as associou ao cotidiano e às necessidades locais, criando feições próprias e diferenciando-se, em muitos pontos, do que Sérgio Buarque de Holanda entendia ser o padrão brasileiro. De acordo com esse autor, existe uma diferença entre “agrícola” e “rural”. O primeiro estaria associado às atividades diretas, à pequena propriedade e ao trabalho familiar; diferente do segundo, cuja preocupação e cuidado com a terra inexistiam. Era uma associação direta ao latifúndio e ao trabalho escravo. Para Holanda, os portugueses instalaram no Brasil uma “civilização de raízes rurais” e não “agrícolas” (HOLANDA, 1995: 49).

Essas observações, baseadas nas técnicas de produção e equipamentos empregados na lavoura, somaram-se a muitos textos que, por longos anos, descreveram o atraso dos métodos agrícolas, a rusticidade e o despreparo daqueles que eram os responsáveis pelo progresso do Brasil. Aliás, o próprio conceito de progresso é posto em xeque aqui. Não usar arado, praticar a coivara, avançar e devastar a floresta a cada poucos anos, com a justificativa de esgotamento do solo, foram constantes por vários séculos no Brasil, especialmente nas áreas dedicadas

à agricultura. Podemos nos questionar se faltavam conhecimentos científicos ou se faltava a ideia de que fosse necessário ou possível um aprimoramento técnico. Fazendo uma analogia ao tema, ao analisar as condições para o avanço da ciência na Idade Média, Febvre enfatiza que, sem deixar de marcar a carência dos “instrumentos” mentais necessários, faltava aos homens da época os instrumentos materiais e a linguagem necessária para expressar os resultados observados, os instrumentos e a linguagem científica (FEBVRE, s. d.).

Para observar, nada mais tinham que os dois olhos (...) feita a observação, como medi-la (...) como a ciência não tem ferramentas, também não tem linguagem. (...) As técnicas, aliás, os métodos de cálculo estavam longe ainda de estar uniformizados. (...) Métodos oscilantes, símbolos insuficientes (MENASCHE, 1995: 132-140).

Ato contínuo dessa realidade é a experimentação, tentativas e erros até o acerto. A referência à Idade Média de Febvre pode ser adaptada à colonização das terras do Brasil e a sua utilidade e transformação nesses séculos de ocupação europeia. O que se acreditava ser permanentemente fértil a princípio, posteriormente descobre-se que se esgota se não for bem utilizado. A realidade do esgotamento do solo tão conhecida da Europa desse período não era impossível no Brasil, o que diferenciava esse processo eram o tempo de fertilidade do solo, as técnicas aqui empregadas e as culturas. A fertilidade inesgotável não existia e o Brasil não era o paraíso terreal. Continuava sendo necessário trabalhar, e muito, para produzir por muito tempo.

Considerando que era na agricultura que se obtinha alimento, dinheiro, poder, enfim, era na agricultura que se baseavam as relações sociais, em especial nos lugares mais

isolados do Brasil, característica da ilha de Santa Catarina, era preciso transformar o local em área agrícola. Essa era a indicação dada aos habitantes locais, especialmente por políticos e intelectuais.

As ideias da fertilidade do solo nasceram, em parte, pela observação da floresta que os portugueses encontraram ao chegar no Brasil. As árvores enormes, das mais variadas espécies e espalhadas por todos os lugares eram interpretadas como um indicativo da qualidade do solo. Aliás, segundo Sérgio Buarque de Holanda, para os teólogos da Idade Média, o mundo ideal, o paraíso terreal não era uma fábula, já fazia parte dos primeiros estudos cartográficos e da busca de peregrinos. Para esses homens europeus,

Enquanto no Velho Mundo a natureza avaramente regateava suas dádivas repartindo-as por estações e só beneficiando os providentes, os diligentes, os pacientes, no paraíso americano ela se entregava de imediato em sua plenitude, sem a dura necessidade – sinal de imperfeição – de ter de apelar para o trabalho dos homens. Como nos primeiros dias de criação, tudo aqui era dom de Deus, não era obra do arador, do ceifador ou do moleiro (HOLANDA, 2000: Prefácio X e XI).

A terra brasileira, vista como tão fértil e aos poucos percebida como gigantesca, era uma possível fonte para abastecer uma Europa cansada. As florestas por si só revelavam-se ricas fontes de madeira, corantes e frutos. Derrubando-as, aproveitar-se-iam as terras que, se até então abrigavam e forneciam nutrientes para árvores tão grandes, fariam maravilhas à agricultura.

Com o objetivo de instruir esses ocupantes de terras novas, muitos textos foram elaborados e circularam em jornais ou revistas. Manuais agrícolas, discursos sobre as vantagens

de determinadas plantas ou relatórios de produtividade eram comuns no século XIX. Estímulos para novas propostas de implantação de produtos também existiram e configuraram-se com premiações, que em alguns casos eram oferecidas, ou com a oportunidade da divulgação de experiências produtoras, que chegaram a frequentar exposições agrícolas internacionais.

Um desses exemplos é o *Manual do agricultor brasileiro* de Carlos Augusto Taunay, que o inicia deixando claro que seu objetivo é traçar uma linha de trabalho e práticas agrícolas para o Brasil e não elaborar um completo guia de técnicas e produtos para um território tão extenso e diversificado.

Taunay aponta os princípios básicos para uma produção agrícola satisfatória. Os pontos a serem considerados são “a escolha do local e qualidade dos terrenos. O local deve ser sadio, regado de águas e ter comunicações fáceis, por mar ou por terra, com o mercado onde os produtos acham extração” (TAUNAY, 2001: 42-43). Depois, outra característica fundamental para aquele que quer ser um produtor agrícola é a qualidade dos terrenos e sua consequente fertilidade para a lavoura. O autor, também um proprietário de terras e produtor de café em um sítio no Rio de Janeiro, acreditava que na ausência de algum desses itens era fácil não haver lucros para o agricultor, sendo que a primeira e mais importante condição a ser levada em conta era a do “local, uma vez que o solo brasileiro era todo fértil” (TAUNAY, 2001: 43).

No quarto capítulo do *Manual do agricultor brasileiro* o autor versa sobre a administração de uma propriedade e o que deve e pode ser nela produzido, levando-se em conta as condições de localização e solo, além de fazer um

levantamento da adequação de determinados produtos para locais específicos:

Somente um grande capitalista pode adquirir um engenho; que a lavoura dos mantimentos e do café ocupa a classe mediana e pobre dos lavradores de beira-mar e das serras; que o algodão e fumo são culturas mais próprias aos sertanejos, bem como a criação dos gados; que os cereais convêm às províncias meridionais; que o cacau é cultura por agora limitada a província do Pará; que a cultura do anil, do chá, cochonilha, ópio, canela, pimenta, cravo e outras muitas, achando-se abandonadas, ou, tendo sido praticadas, formam novos ramos da indústria, que o geral dos agricultores não estão em posição de ensaiar (TAUNAY, 2001: 83-84).

Inclusive, esses últimos produtos eram indicados em vários relatórios de presidentes de Província como ideais para serem produzidos na ilha de Santa Catarina. O local foi muitas vezes tido como um “laboratório” para a produção de novas plantas e em alguns casos, como o do anil, o governo forneceria as sementes e se responsabilizaria pela compra das primeiras safras, estimulando a produção e garantindo o lucro do produtor até que ele se autossustentasse.

Outros textos seguiam a mesma linha de raciocínio, indicando a necessidade de aprimorar a indústria agrícola, como o relatório do presidente da Província de Santa Catarina em 1840. Nele, o administrador dizia que não existia uma indústria agrícola na Província, que “cada um faz o que seu pai já fazia, e planta o que tem visto plantar, e ajuntando a isso alguma indolência, fica completo o quadro” (ANDREA, 1840: 27). A sugestão de Andrea são prêmios do governo para os agricultores que mais produziam e que usavam técnicas inovadoras (ANDREA, 1840: 27).

Outro texto de conteúdo semelhante é o do chanceler da relação do Maranhão, conselheiro Antônio Rodrigues Velloso de Oliveira, escrito em meados do século XIX. Um pequeno livro, em resposta a um ofício de Sua Alteza Real, clamando por mais obras desse gênero, intitulado *Memória sobre a Agricultura no Brasil*, no qual se propunha fornecer informações sobre o “requerimento junto aos lavradores, rendeiros do Brasil” (OLIVEIRA, 1873: 93).

Essa Memória teve cópia oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo sócio Cezar Augusto Marques e foi publicada em 1873 na revista do Instituto. Nela o conselheiro desenvolve ideias sobre tamanho de lotes e sesmarias, mão de obra e culturas que obteriam sucesso no Brasil. Implícito no texto está um projeto de “progresso” e desenvolvimento da nação, baseado em pequenos lotes arrendados a terceiros por grandes fazendeiros proprietários de sesmarias, em trabalho livre familiar e estímulo, por parte do Estado, para a cultura de produtos como linho, cânhamo, trigo e outros. Segundo Oliveira, a primeira questão que se apresenta quando da colonização de um país

é sem dúvida a divisão das terras, que formam a sua integridade, ou a quarta parte, que se deseja habitar, e cultivar: esta divisão serve de origem e fundamento à posse pacífica, e ao domínio, que os tranquiliza, excita neles o amor ao trabalho e recompensa: faltando uma e outra cousa, os mesmos colonos se julgam estrangeiros na própria terra (OLIVEIRA, 1873: 93).

Seguindo esse raciocínio, o autor defendia a manutenção das grandes sesmarias de terras, pois, “com o tempo se não de dividir em glebas, já por vendas parciais, já por morte dos possuidores, à proporção de seus respectivos herdeiros” (OLIVEIRA, 1873: 93). Porém, essa divisão por

meio das parcerias seria muito mais interessante a todos, pois atenderia a uma demanda imediata que era a de ocupar e cultivar terras livres e, com esse cultivo, pagar tributos ao Estado. Além disso, o sistema de parcerias não significava perda de propriedade para os fazendeiros. Como exemplo do sucesso desse sistema de cultivo é apresentado o caso das ilhas dos Açores e Madeira, conhecidas do autor. Neste caso, de acordo com Oliveira, a povoação, a cultura e a indústria se teriam avantajado muito se as terras não estivessem monopolizadas por grandes morgados<sup>3</sup> sem que nem as enfiteuses pudessem aumentar o número de proprietários. Essa ideia é semelhante ao sistema de pequenos lotes coloniais desenvolvido em Santa Catarina no que se refere à cultura e ocupação, excetuando-se a questão da propriedade oficial das terras.

Por outro lado, na própria ilha da Madeira existiam exemplos opostos em que pequenos terrenos de baixo valor, quando entregues a pobres caseiros, fornecendo-lhes os meios para sobreviver e investir nos primeiros anos, logo se tornavam produtivos e passíveis de cobrança da meação ou outro qualquer sistema de parceria. Aliás, tal ideia de isenção de pagamento dos tributos sobre produção nos primeiros anos da fixação do agricultor em determinado lote era uma das bandeiras do conselheiro, que acreditava ser esse o estímulo decisivo para o apego dos arrendatários à terra e a dedicação necessária para muito produzir. O valor de um lote de terra era grande, menos financeiramente do que como local de subsistência. Importante também era a ocupação de áreas e sua legalização, especialmente depois da Lei de Terras, momento em que o tema voltou a estar

---

<sup>3</sup> O termo morgado define o caráter de sucessão de uma propriedade de terra, em que esta só pode ser deixada em herança ao filho mais velho e não deve ser dividida ou alienada.

sob o foco das atenções. Isso pode ser percebido em Aviso do Governo de 10 de abril de 1858, no qual se estabelecia que a posse de terra por pessoa pobre fosse legitimada por conta do governo. Porém, baseados no próprio edital real que estimulava a saída dos excedentes de população pobre dos Açores e Madeira, podemos concluir que poucos foram os casos, como o exemplo citado pelo conselheiro Oliveira, em que pequenos lotes eram dados a caseiros pobres nessas ilhas.<sup>4</sup>

Como o tema das posses ficou em pauta por longos anos, no final do período imperial ainda havia “preocupação” governamental com isso. Em 1886, o então ministro da agricultura Antônio da Silva Prado apresentou à Câmara

um projeto que previa que “as posses mansas e pacíficas adquiridas por ocupação primária ou havidas do primeiro ocupante, que se achem cultivadas ou com princípio de cultura ou morada habitual” devem ser legitimadas, porém, não se entenderá por princípio de cultura o simples roçado, derrubadas ou queimadas de matas (PETRONE, 1982: 17-18).

Essa teoria tinha razão de ser. Também houve outra em que o autor falava da ociosidade dos soldados e da necessidade desses soldados desenvolverem a atividade de lavradores, sendo para tanto destinado a cada regimento de tropa de linha um terreno conveniente – uma légua quadrada, conforme indicava o autor.

Essa última ideia ressalta uma realidade preocupante que, no caso das tropas da ilha de Santa Catarina, já

---

<sup>4</sup> Alvará Régio que oferecia benefícios para quem quisesse emigrar dos Açores e da Madeira. O alistamento efetivou-se em 31 de agosto de 1746 quando D. João V determinou que se afixassem nas ilhas dos Açores e da Madeira o edital que abria as inscrições para quem quisesse emigrar.

se estendia por décadas, desencadeando também um problema de produção percebido ainda em finais do século XVIII. O fato de os soldados, que eram em número considerável na ilha desde então, dedicarem-se exclusivamente à defesa e serem apenas consumidores, adquirindo seu alimento através de compra no comércio local e pela cessão da farinha por parte dos agricultores, ônus esse do governo, agravava o quadro. Aliado a isso, o atraso dos soldos da tropa, prática aparentemente corriqueira em muitos períodos – um exemplo é o ano de 1797, quando o atraso chegou a 82 meses –, transformou-se em uma das causas indicadas pelo então governador local da decadência da agricultura da ilha e também de problemas no comércio. Os produtores de farinha eram obrigados legalmente a passar para as tropas uma porcentagem de suas farinhas, que seria paga por meio dos soldos desses soldados. Como consequência desse problema que persistiu por longos anos, consta no relatório do governador, naquele mesmo ano, a falta de dinheiro da Fazenda Real para o pagamento aos lavradores pelas farinhas que todos os anos lhes tomavam, para o sustento da tropa, provocando temor nesses produtores,

eles estão geralmente tão possuídos deste receio, pela experiência da que se lhe deve, dos anos antecedentes, que já vão plantando muito pouca, além daquela que lhe é necessária para o seu gasto: Eu tenho disto mesmo uma prova convincente, sempre que mando fazer a arrolação das sobreditas farinhas; a qual não se consegue nunca, sem muitas dificuldades, ameaças, e às vezes castigos (RIBEIRO, 1797).

Isso fez com que os lavradores deixassem de aumentar suas plantações, à medida do que cada um deles faria se pudesse exportar livremente. Somando-se a isso, a

instituição do dízimo,<sup>5</sup> que era um ônus sobre 10 % da produção da terra, tirava mais uma fatia do bolo dos agricultores que não precisavam ser os proprietários dessa terra para pagar o tributo, uma vez que ele incidia sobre a produção (ABREU, 1997: 210).

Além da questão dos tributos e do que era necessário para que o terreno fosse considerado ocupado (construção de benfeitorias, limpeza do terreno e culturas), outro ponto que demandava preocupação tanto por parte do governo como dos proprietários das terras era também um dos grandes problemas do Brasil no século XIX: a mão de obra, livre e escrava. Uma solução para o problema era, claramente, a imigração de colonos livres europeus, experiência concretizada com sucesso em alguns pontos do Rio Grande e do litoral de Santa Catarina. Isso queria dizer também a possibilidade de estimular a pequena propriedade, freando as imensas *plantations* do Nordeste e Sudeste.

Na capital do Brasil, ainda durante o século XIX, inclusive antes da proibição do tráfico escravo em 1850, muitas eram as pessoas favoráveis à criação de núcleos coloniais. Porém, de acordo com Emília Viotti da Costa, isso estava fadado ao insucesso, basicamente em função do trabalho escravo enraizado na nossa sociedade e da raridade da emigração espontânea para o Brasil, pois os emigrantes geralmente preferiam os Estados Unidos (COSTA, 1982: 70).

Uma das primeiras tentativas de trazer imigrantes foi feita pelo governo paulista, ainda em 1827, com alemães

---

<sup>5</sup> O rei português exercia tanto o domínio temporal como o espiritual sobre terras conquistadas. Isso explica porque as terras brasileiras eram isentas de foro, por não pertencerem a senhorios, e sujeitas ao pagamento de dízimos a Deus, ou seja, à Ordem de Cristo, o que equivale dizer à Coroa.

instalados no Rio Negro, hoje Paraná. Já pautadas por contratos, outras pessoas somaram-se a essas nos anos seguintes. E além de se instalarem em colônias deveriam, segundo o contrato, trabalhar na estrada de ferro de Santos (COSTA, 1982: 67). Sem resultados significativos, a ideia pereceu e só ressurgiu anos depois com um dos precursores de uma das ideias mais interessantes de substituição da mão de obra escrava nesse período: o senador Vergueiro, que, tendo como laboratório suas próprias fazendas e a princípio por sua conta e depois com recursos do governo, trouxe os primeiros colonos para trabalhar no interior paulista.

O sistema de parceria do senador Vergueiro<sup>6</sup> foi uma iniciativa particular que promoveu a primeira experiência no Brasil que visava à fixação de colonos nas fazendas em substituição ao trabalho escravo. A experiência iniciou ainda antes do fim do tráfico, quando veio o primeiro grupo de colonos portugueses em 1840. A experiência não deu certo, mas, anos depois, o mesmo Vergueiro fez nova tentativa, agora com suíços e alemães e subvencionado pelo governo. A ideia chamou a atenção de muitos, porém não era viável em longo prazo para os colonos que deveriam pagar o custo de sua vinda e da família com as rendas do trabalho em parceria. O sistema não rendia tanto quanto o planejado e, aliado aos juros, tornava-se quase impossível a quitação da dívida (SILVA, 1996: 79-80).

Referindo-se especificamente à Santa Catarina, o mais conhecido texto em forma de “guia” para imigrantes é o *Guia de instruções aos imigrantes para a província de*

---

<sup>6</sup> A parceria buscava encontrar um regime de transição entre escravidão e trabalho livre (SILVA 1996: 106).

*Santa Catarina Sul do Brasil*, escrito por Hermann Bruno Otto Blumenau, antes da vinda dos primeiros imigrantes para sua colônia em Santa Catarina em 1850. O guia, direcionado a todos os possíveis emigrantes, tinha um foco mais definido nos agricultores, objetivo maior da colônia. De acordo com o Dr. Blumenau, a emigração seria mais favorável aos agricultores, pois naquela região ainda desocupada – interior de Santa Catarina – as terras teriam baixo custo e eram aptas à produção de diversas espécies (TEIXEIRA DOS SANTOS, 2004: 353). Com um texto mais realista quanto às condições locais e procurando apresentar prós e contras da emigração para seus conterrâneos, o Dr. Blumenau indicava que

inicialmente, a agricultura serviria apenas como subsistência. Posteriormente, o excedente poderia ser investido nas melhorias da propriedade. As riquezas dos agricultores estariam na sua propriedade, nas suas plantações, no seu gado e nas madeiras de lei. Por esse motivo seria difícil garantir uma grande reserva de capitais (SILVA, 1996: 79-80).

Mesmo sendo um guia específico para a colônia Blumenau, distante aproximadamente 140 km da ilha de Santa Catarina, usamo-lo como referência especialmente em função das características semelhantes da colonização do Sul do Brasil, baseada nas pequenas propriedades rurais. Somando-se a isso, há as semelhanças ambientais, que nos dão uma ideia mais clara do processo de instalação de agricultores de como a terra era inicialmente trabalhada. De acordo com o Guia, o primeiro passo seria a derrubada e queimada da mata para o plantio inicial que seria de milho, cana-de-açúcar e feijão. Após um período de três ou quatro anos, os tocos e raízes remanescentes poderiam ser removidos da terra, pois já estariam podres, podendo então ser trabalhada com arado, reduzindo a

força empregada pelo colono e sua família (TEIXEIRA DOS SANTOS, 2004: 353). Posteriormente, deveriam plantar batata, arroz, criar porcos e gado bovino. Todos dariam lucro, mas dificilmente tornariam o colono rico em curto prazo. Mais conselhos vinham na forma de uma lista de ferramentas indispensáveis e que deveriam ser trazidas da Europa, pois as fornecidas no Brasil eram de baixa qualidade. A mesma orientação era dada com relação às sementes, essas, porém, devido aos preços mais elevados no Brasil (TEIXEIRA DOS SANTOS, 2004: 354).

Aparato semelhante e passos semelhantes foram comuns a todos os novos habitantes das colônias de Santa Catarina e do interior da ilha. Por fim, e com características próximas aos outros autores, em especial a Taunay, André Rebouças escreve uma obra em 1883, também dedicada à agricultura, porém uma agricultura já mais mecanizada, do final do século XIX. O autor apresenta sugestões de técnicas, culturas, solos e clima para cada Província do Império. A obra reforça a ideia, já largamente exemplificada aqui, de que o que faltava para à agricultura do Brasil eram novas técnicas e tecnologias e o que ainda mantinha o atraso e a rusticidade eram os latifúndios e a escravidão. Para Santa Catarina, André Rebouças indica a produção de seda por seu vasto mercado e alto preço. Em 1873, calculou-se a seda em 40 a 50 francos, 14\$ a 16\$, a libra, ou seja, 40 vezes maior que o do café, ao alto preço de 11\$200 por arroba (REBOUÇAS, 1988: 92). Além dessa cultura que poderia ser feita por meninos, mulheres e inválidos sem dificuldades, indicava também a criação de gado no planalto de Lages. No que se refere à cana-de-açúcar, Rebouças encontra nela a maior manifestação da crise agrícola do momento (1874) e aconselha a restrição de sua cultura às áreas onde melhor se adapta. Diferentemente do café, que aconselhava a

expansão. Ainda em relação à cana, dizia ser necessário o aperfeiçoamento de todos os detalhes de sua produção (REBOUÇAS, 1988: 92).

Esses exemplos de textos sobre agricultura, escritos em momentos diferentes do século XIX e aplicáveis a pontos distintos do território brasileiro, têm uma mesma linha de raciocínio que indica um lugar comum no setor agrícola do Brasil: atraso, tanto de técnicas e tecnologias quanto de mão de obra. As indicações para a solução desses problemas, especialmente na ilha de Santa Catarina, não parecem, a princípio, de difícil aplicação, no entanto sempre esbarraram na burocracia e em costumes já muito enraizados.

O primeiro passo rumo ao “progresso” já havia sido dado com o desenvolvimento da ideia de pequenas propriedades agrícolas e familiares – os próprios limites físicos da ilha impediam grandes porções de terra a um único senhor, freando o modelo de grandes *plantations* exportadoras. Outro ponto relevante foi o evidente estímulo governamental para a ocupação e transformação desse território em uma área agrícola, marco de uma fronteira importante não só no início como no decorrer de todo o século XIX. Além disso seu porto e seu reduzido número de escravos, se comparado ao das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil, indicavam que esse poderia ser um local “ideal”, um exemplo que deu certo no aproveitamento do rico solo brasileiro.

Se olharmos atentamente o desenvolvimento da agricultura na ilha, penso ser possível um vislumbre desse “sucesso”. As matas foram derrubadas e aproveitadas, sim, e a agricultura foi fundamental durante todo o século XIX, com uma evidente decadência durante sua segunda

metade, especialmente no seu último quartel, reação quase inconsciente do desenvolvimento agrícola do continente fronteiro e do processo de urbanização que ocupou muitas áreas antes dedicadas ao cultivo. No entanto, essas transformações e substituições também podem ser entendidas no âmbito desse processo, uma vez que esse foi o “progresso” que se almejava.

## **Agricultura e “progresso” na ilha de Santa Catarina**

Apesar de sua extensão ser de 423 km<sup>2</sup>, ou seja, pequena se comparada à extensão do Brasil, ou mesmo às posses de algumas famílias do Nordeste e Sudeste quando das maiores doações de sesmarias nos séculos XVII e XVIII, a ocupação total da ilha de Santa Catarina e sua transformação em local habitado e produtivo – leia-se desmatada, com plantações agrícolas e núcleos urbanos como Desterro e demais freguesias – intensificou-se no século XIX. Até o início do XIX, a ilha era um pequeno porto ao sul do território, ainda colonial, do Brasil. Nas décadas seguintes, com o desmatamento e o aproveitamento das madeiras ilhoas para a real armada portuguesa e com o estímulo à produção agrícola por parte dos imigrantes que lá se instalaram algumas décadas antes, as feições da ilha mudam. Um núcleo urbano que inicia seu processo de crescimento como capital da Capitania e um porto com uma movimentada navegação de cabotagem, ligando a ainda pequena Nossa Senhora do Desterro ao resto do Brasil, são alguns dos elementos que contribuíram para as grandes transformações da ilha nesse período.

A noção de progresso era a de transformar da maneira mais rápida possível essa terra dadivosa, presente de Deus. Talvez outra forma de definir progresso para o período

esteja nas palavras de Boiteux ao descrever o choque positivo provocado pela vinda dos imigrantes açorianos e madeirenses ainda em meados do século XVIII:

Com a colonização açorita e madeirense a ilha de Santa Catarina e o continente fronteiriço começaram a florescer vantajosamente e as encostas dos montes e os vales húmidos a cobrirem-se de pomares e hortas. Por toda a parte ouviam-se as pancadas fortes dos machados ferindo o rijo cerne das árvores colossais, o ruído metálico das enxadas limpando a terra virgem. Apareceram as primeiras atafonas, os engenhos de açúcar e farinha. As vargens cobriam-se de canaviais, e roças de milho; largos trechos de terra iam sendo aproveitados carinhosamente na cultura de legumes e frutas. (...) Fundaram-se teares e os primeiros tecidos de linho e algodão começaram a ser usados pela totalidade dos habitantes, chegando mesmo a serem exportados para o Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (BOITEUX, 1912: 226-227).

Essa descrição produz na mente uma imagem forte da ocupação e transformação da paisagem da ilha de Santa Catarina. Era a ideia de que a “civilização” e o “progresso”, conceitos que na época eram sinônimos de “limpar” a terra, construir benfeitorias para beneficiar a produção agrícola e obter lucro financeiro, já eram realidade. A “dominação” e transformação das áreas de florestas, incultas do ponto de vista agrícola e mercantil, era um sinal que o tão almejado progresso estava chegando e que a ilha tornar-se-ia um local próspero e desenvolvido.

Produtos como milho, feijão, farinha de mandioca e açúcar já tinham, ainda em finais do século XVIII e início do XIX, boas possibilidades de beneficiamento na própria ilha ou no continente fronteiriço. O número de estabelecimentos como engenhos e fábricas já era grande mesmo nessa época, se levarmos em conta a distância entre Desterro

e os maiores centro consumidores, ou justamente em função dessa característica que obrigava os habitantes locais a se autossustentarem também nessa área. Relatórios provinciais já apontam em 1797 a existência de 540 engenhos de mandioca e 117 de aguardente na ilha de Santa Catarina e na freguesia de São Miguel da Terra Firme, fronteira a ilha.

Já no século XIX, no que tange à Santa Catarina, as exportações tiveram uma tendência de aumento e no ano financeiro de 1849-50 a Província exportou em torno de 504.000 alqueires de farinha, seu principal produto na balança comercial. Desses, Desterro foi a responsável por 59,06%, ou seja, 297.160 alqueires do total da província. Esses números indicam a forte tendência de alta na exportação desse produto que, trinta anos antes, era de pouco mais de 100.000 alqueires. Ainda sobre a mandioca, a maior produção deu-se devido, principalmente, à facilidade de seu cultivo que não demandava grande cuidado e se adaptava bem à maioria dos terrenos. Soma-se a isso o fato de a mandioca não estar vinculada a nenhum tipo de sazonalidade, como a cana-de-açúcar e o café (BARICKMAN, 2003: 91) Segundo Hebe de Castro, a mandioca,

apesar de não se constituir em uma cultura permanente, possui a característica de poder ficar até dois anos sem ser colhida após o seu amadurecimento, podendo, portanto, ser literalmente armazenada na própria terra, colhida em função das necessidades do produtor. Seu plantio e sua conservação durante o período de amadurecimento são extremamente simples. As covas podem ser abertas até com um pau, plantando-se em estacas de 15 a 20 centímetros com dois ou três olhos de broto. A primeira capina só é feita quando começam a brotar os novos pés, repetindo-se a operação duas ou três vezes após o crescimento. Depois que cresce, pouco sofre com a vegetação estranha. Seu amadurecimento leva oito a 18 meses (CASTRO, 1987: 84).

O trabalho com a farinha de mandioca era, na ilha, basicamente familiar. Segundo Penna, “pela análise de alguns inventários, observamos que os proprietários de engenhos utilizavam uma quantidade diminuta de escravos na produção da farinha. O engenho era um bem de família e grande parte do trabalho era efetuado pela própria família do produtor” (PENNA, 2003: 45). Laura Machado Hübener fala de um considerável aumento na produção desse produto entre os anos de 1860 e 1879 devido à Guerra do Paraguai e à necessidade de abastecer as tropas. O período chamado pela autora de “miniboom” estendeu-se até os anos de 1880, beneficiado pela grande lavoura cafeeira paulista que sufocou a produção de bens de consumo para usar a terra para o café, tendo que importar produtos de primeira necessidade, entre eles a farinha de mandioca, cuja produção também aumentou na ilha para suprir a demanda local (HÜBENER, 1981: 94). Os números de produção da década de 1850, feitos por Francisco Carlos de Araújo Brusque, presidente da Província, em relatório apresentado no ano de 1860, indicam as diferenças quantitativas no quadro de exportação durante toda a década. A farinha de mandioca supera em mais de 90% a exportação do milho, segundo produto na lista de exportação local.

Esse relatório indica que a alta nas exportações realmente foi significativa do início para a metade do século XIX, em especial da farinha de mandioca, mas também do milho (com alta de aproximadamente 1.000%) e do feijão, cuja exportação cresceu mais de 600%. O trigo sumiu das tabelas de exportação e, ainda de acordo com o presidente, não existia mais cultura de trigo na Província em 1860. Nesse mesmo relatório, o presidente da Província qualifica como baixa a produção de derivados da cana-de-açúcar

como aguardente e melação, assinalando um declínio preocupante.

Em tempo remoto consta que existiam 286 fábricas de açúcar, entre grandes e pequenas, tendo começado essa indústria em 1779. Já em 1797 esse número tinha diminuído e não ia além de 256. Em 1810 apenas houve a produção de 8.115 medidas de melação, em 1812 fabricaram-se 63.241 medidas de aguardente e 7.118 de melação, nada constando oficialmente acerca da produção de açúcar. De 1839 em diante encontram-se dados que revelaram o renascimento desta indústria, mas sempre em estado de oscilação (BRUSQUE, 1860: 27).

Quatorze anos depois, os registros do então presidente João Thomé da Silva apontam como produtos locais apenas mandioca, milho, feijão, arroz, amendoim, fava, araruta, batata inglesa, café, fumo, cana, gravatá, erva-mate, anil, gengibre, algodão e linho (SILVA, 1874). Desses, o produto que continuou representando a maior renda da Província era a mandioca, cuja exportação oscilou nesse período entre 12.305.942,03 e 29.060.503,29 litros anuais. Não podemos esquecer que os anos anteriores a que o presidente da Província refere-se são os da Guerra do Paraguai, momento em que Santa Catarina mais vendeu farinha.

Fica claro através dos números que houve um significativo crescimento no que se refere, especialmente, à farinha de mandioca no período da Guerra do Paraguai – no final da década de 1860 – e isso se estendeu até o início da década de 1880. O período foi de aumento do consumo de alimentos no Sul do Brasil e como consequência os preços subiram. Dados coletados por Hübener indicam que, “do ano financeiro de 1866-67 para 1867-68, a exportação catarinense cresceu 65%, havendo nesse último exercício quase que um equilíbrio na balança

comercial” (HÜBENER, 1981: 94). Já no ano de 1885, final do período imperial, o presidente da Província Francisco José da Rocha apontava como produtos predominantes a farinha de mandioca, a erva-mate e o arroz, além da madeira (ROCHA, 1885). Uma taxa alta de exportação não ficou restrita apenas aos anos da Guerra do Paraguai: apesar deste ter sido o ápice, em outros momentos de crises regionais do Brasil, a ilha de Santa Catarina serviu como abastecedora.

Quanto à produção da farinha na ilha, nunca houve um investimento significativo na melhoria do processo produtivo, o que manteve os custos em um mesmo patamar. O processo era muito simples, sendo dividido em etapas. Primeiro a colheita e transporte das raízes para o engenho, que era um galpão na maioria das vezes de pau a pique, onde ficavam os cochos para armazenamento da mandioca ralada e cevada; as prensas nas quais era extraído o ácido cianídrico, tachos de cobre, peneiras e fornos, onde, sobre fogo controlado, a farinha era torrada. O trabalho de descascar, ralar e cevar a mandioca em geral cabia às mulheres. Depois, a polpa era prensada e a prensa era movida por tração animal ou pela força dos escravos. Por fim, era torrada e peneirada (VÁRZEA, 1985: 183-190).

Antes desse aumento importante da produção e exportação da farinha, o produto já era de suma importância para os habitantes locais, sendo um dos primeiros alimentos consumidos pelos imigrantes, além de também abastecer os soldados lotados nas fortalezas da ilha. Outro produto que foi ganhando espaço no cenário agrícola de Santa Catarina é o café, que sequer aparecia nas estatísticas de produção de 1797 e 1808. Em 1819, ele surge com uma produção de 451 quintais, e no ano de 1838, é elogiado

pelo presidente da Província como sendo um gênero, que em poucos anos, saiu do desconhecimento para uma boa produção, com esperança de tornar-se um dos principais ramos da agricultura catarinense (PARDAL, 1838: 11).

Na contramão desse crescimento estava a indústria têxtil – basicamente algodão e linho. Essa atividade, que em épocas de maior isolamento comercial da ilha era importante, pois produzia boa parte dos tecidos consumidos localmente para os mais variados fins, desde vestuário a usos domésticos, estava quase desaparecendo “por não poder concorrer com os tecidos estrangeiros que chegam ao mercado com preços incomparavelmente inferiores” (PARDAL, 1838: 11). Como solução para tal problema, o presidente da Província, no ano de 1840, sugeria protecionismo por parte do governo, o que aumentaria o valor de revenda dos produtos (ANDREA, 1838). Segundo o próprio presidente da Província, em 1841, a lista dos gêneros e mercadorias que mais avultavam as importações já contava com tecidos de algodão, lã, linho e seda, além de “carnes salgadas e secas, ferragens, farinha de trigo, louças e quinilharias” (BRITO, 1841: 18).

Quantitativamente, o setor agrícola da economia foi o que mais absorveu a mão de obra escrava, o mesmo podendo se dizer da exploração madeireira que a ele estava diretamente ligada, uma vez que o trabalho na lavoura iniciava com a derrubada da mata e limpeza do terreno para plantar. Apesar de a característica da economia da ilha ser de pequenas propriedades rurais cultivadas por trabalhadores livres, em geral o próprio dono do lote e sua família ou arrendatários, as plantações de mandioca e de cana-de-açúcar, quando efetuadas em propriedades de porte médio, utilizavam mão de obra escrava, e mesmo

pequenos proprietários, quando podiam, compravam escravos. Langsdorff escreve que “no início do século XIX, [...] a riqueza dos agricultores da ilha contava-se pelo número de escravos que eles possuísem e que aos escravos cabia o amanhã do solo e toda a sorte dos mais rudes trabalhos” (CARDOSO e IANNI, 1960: 67).

### **Do campo para a cidade: resultados da agricultura na ilha de Santa Catarina**

O fato é que o progresso da agricultura significou devastação florestal, primeiro porque as terras do Brasil eram, em sua maioria, cobertas de floresta e nenhuma civilização se desenvolve em meio à mata cerrada, é necessário abrir clareiras. Essas clareiras avançaram Brasil adentro e deram lugar não só a aglomerados populacionais, mas a grandes plantações.

Da derrubada das árvores ao fogo que limpava o terreno, chegando aos grandes canaviais e cafezais, muitos capítulos da história do Brasil foram escritos. Além dos manuais agrícolas e outras ideias de estímulo à produção analisadas anteriormente, é interessante notar que as opiniões políticas da primeira metade do século XIX sobre a agricultura na ilha de Santa Catarina e restante da Província são muito mais dados baseados em observações de terceiros que balizadas por parâmetros de análise mais consistentes adquiridos através da prática. Cada presidente da Província, naturalista, ou visitante dava sua opinião. Já em 1840, o presidente Francisco José de Souza Soares de Andrea fazia uma forte crítica à indústria agrícola local que afirmava não existir propriamente; dois anos depois a agricultura é considerada estacionária em relatório de outro presidente.

Certo é que houve altos e baixos na produção agrícola e culturas foram sendo substituídas por outras de acordo com a demanda ou o próprio reconhecimento das potencialidades do solo e do clima. No entanto, a ilha de Santa Catarina entra em uma curva descendente de produção mais perceptível no último quartel do século XIX, semelhante ao que se deu no cenário nacional. O início do declínio da agricultura em termos nacionais, ou, mais precisamente, o momento da identificação de uma crise na produção, ocorreu em meados da década de 70 do século XIX, quando,

após um período razoavelmente longo do crescimento contínuo da grande lavoura de exportação, que se confundiu com a expansão do café, começaram a aparecer sinais evidentes de uma crise.(...) Uma atmosfera de temor quanto ao futuro disseminou-se entre políticos, proprietários e publicistas, pois o edifício social e político da monarquia erguia-se sobre aquela atividade econômica (PÁDUA, 1998: 134).

Segundo Pádua, é nesse momento que o Ministério de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas decidiu convocar um Congresso Agrícola, cujo objetivo era “obter informações seguras, esclarecimentos indispensáveis para firmar opinião que seja o móvel de suas deliberações” (PÁDUA, 1998: 134). Deveriam participar e opinar sobre melhoramentos e problemas os próprios agricultores. Na realidade, os problemas na agricultura do Brasil eram tão claros que já faziam parte das propostas de debate do Congresso Agrícola antes de ele começar e antes de se ouvir os participantes. O tema básico era a falta de braços e capitais para o trabalho agrícola, intensificado sobremaneira com a Lei do Ventre Livre de 1871 e a visível insustentabilidade da escravidão.

Não podemos descrever a queda da produção agrícola da ilha de Santa Catarina como um “movimento natural”, porém esse fenômeno de retração parece consistente com o processo de transformação ilhéu. No caso da ilha de Santa Catarina, o final do século XIX traz uma queda ainda maior das atividades agrícolas, pois o continente fronteiro cresce em população e produção a ponto de tornar mais barato e vantajoso a compra de produtos dessas novas colônias. Por outro lado, a população urbana de Desterro cresce e ocupa áreas que antes eram da agricultura. Nossa Senhora do Desterro, capital da Província, adquire ares, se não mais cosmopolitas, ao menos mais urbanos e de centro administrativo, que compra produtos agrícolas de fora, deixando para as freguesias do interior da ilha a face mais rural e de subsistência.

Sem considerar a atual, e tão propalada, “vocação turística” da ilha, a posi o de capital política e administrativa da Província já garantia um relativo crescimento urbano por conta dos funcionários que ali se instalavam, especialmente a partir da segunda metade do século XIX. As pequenas propriedades familiares também não poderiam produzir em grande escala para uma popula o em constante aumento. Os limites com o mar em um momento de crescimento do transporte ferroviário e rodoviário, que se intensificou no final daquele século, também devem ser computados como fatores. Enfim, muito mais do que uma fase que se finalizava e dava lugar   outra, urbana e com mais longevidade, as atividades agrícolas da ilha cederam lugar a novos costumes, novos usos e a uma nova importância atribuída à vida rural, como refúgio da vida urbana. O rural na ilha não deixou necessariamente de existir, ele foi, sim, ressignificado e deixou de ser puramente o trabalho na terra.

## Referências bibliográficas

- ABREU, Maurício. A apropriação do território no Brasil colonial. In: Castro, I. E.; CORRÊA, R. L.; GOMES, Paulo César C. (org.). *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- ANDREA, Francisco José de Souza Soares de. *Relatório do Presidente da Província em 1840*. Pesquisado em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd.08/03/07>.
- ANDREA, Francisco José de Souza Soares de. *Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina em 1838*. Pesquisado em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd.08/03/07>.
- BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano – açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Mappa da população da Província de Santa Catharina (1886)*. Col. Tavares Bastos. Secretaria da Policia de Santa Catharina, 4 de abril de 1867. Acervo: BN. I - 3,34,13 (Manuscritos).
- BOITEUX, Lucas Alexandre. *Notas para a História Catharinense*. Florianópolis: Typ. a vapor da Livraria Moderna, 1912.
- BRITO, Antero José Ferreira de. *Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina em 1841*. Pesquisado em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd.08/03/07>.
- BRUSQUE, Francisco Carlos de Araújo. *Relatório do Presidente da Província, 1860.*, p. 27. Pesquisado em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd.08/03/07>.
- CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octávio. *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis: Aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1960.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. Insular: Florianópolis, 2000.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COSTA, Emília Viotti. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1982 (1966).
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- FEBVRE, Lucien. Os apoios da irreligião: as ciências? In: *O problema da descrença no século XVI - A religião de Rabelais*. Lisboa, Editorial-Início, s. d.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo, Brasiliense: Publifolha, 2000.
- HUBENER, Laura Machado. *O Comércio na Cidade de Desterro no século XIX*. Florianópolis. Ed. da UFSC, 1981.
- MENASCHE, Renata. O guia de Friedric von Weech - Impressões de um imigrante alemão no Brasil do século XIX. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. n. 5, novembro 1995.
- OLIVEIRA, Antonio Rodrigues Veloso de. Memória sobre a Agricultura no Brasil. In: *RIHGB*, 1873.
- PÁDUA, José Augusto. "Cultura esgotadora": agricultura e destruição ambiental nas últimas décadas do Brasil Império. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 11, outubro 1998.
- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição - pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- PARDAL, João Carlos. *Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina em 1838*. Pesquisado em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd.08/03/07>.
- PENNA, Clemente Gentil. *Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888)*. Florianópolis, 2003. Mestrado em História Universidade Federal de Santa Catarina.
- PETRONE, Maria Tereza Schorer. Aspectos da rede fundiária em São Paulo no século XIX. O problema das posses. In: *Anais da Semana de Estudos de História Agrária*. Universidade Estadual Paulista, 1982.
- PIAZZA, Walter F. *A Epopeia Açoriana (1748/1756)*. Cópia Mimeografada. Acervo Biblioteca Central - Universidade Federal de Santa Catarina, 1992.
- REBOUÇAS, André. *Agricultura Nacional*. 2 ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1988.
- RIBEIRO, João Alberto de Miranda. *Ofício ao Conde de Resende*, apresentando relatório sobre a Ilha de Santa Catharina e demais distritos de sua jurisdição, com dados estatísticos. Desterro, 17

- de novembro 1797. Acervo Biblioteca Nacional: Original, 2 doc. (código 3,3,17).
- ROCHA, Francisco José da. *Relatório do Presidente da Província à Assembleia Legislativa, 1885*. Pesquisado em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd.08/03/07>.
- SILVA, João Thomé da. *Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina em 25 de março de 1874*. Cidade de Desterro: Typ. De JJ Lopes, 1874.
- SILVA, Lígia Osório. *Terras Devolutas e Latifúndio - efeitos da lei de 1850*. Editoria da Unicamp, 1996.
- TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do Agricultor Brasileiro*. Org. MARQUESE, Rafael de Bivar. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- TEIXEIRA DOS SANTOS, Manoel Pereira Rego. Textos do Dr. Blumenau: o papel do agricultor no Guia de instruções aos futuros imigrantes para a província de Santa Catarina sul do Brasil. In: DREHER, M. N.; RAMBO, A. B; TRAMONTINI, M. J. (org.) *Imigração e Imprensa*. São Leopoldo – RS: EST Edições/Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.
- VÁRZEA, Virgílio. *Santa Catarina – A Ilha*. Florianópolis: Lunardelli, 1985.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991.

CESCO, Susana. A questão agrícola na ilha de Santa Catarina no século XIX. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro de 2010, vol. 18, n. 2, p. 434-466, ISSN 1413-0580.

**Resumo:** (*A questão agrícola na ilha de Santa Catarina no século XIX*). O século XIX marcou um processo de intensas transformações na ilha de Santa Catarina. Momento de reconhecimento das potencialidades econômicas e ambientais locais, de ocupação e consolidação da colonização europeia, é nesse período que a população da ilha redesenha seus espaços sociais e culturais e também impõe um novo ritmo às transformações ambientais. O objetivo deste trabalho é analisar o processo de redefinição dos “usos” atribuídos à natureza local, especialmente com fins agrícolas. O foco de análise será a eleição de terrenos, produtos e técnicas que geraram características agrícolas peculiares e condicionantes no que tange às questões socioculturais locais durante o período imperial.

**Palavras-chave:** transformação ambiental, insularidade, agricultura.

**Abstract:** (*The issue of agriculture in Santa Catarina island in the nineteenth century*). The 19th century marked a process of intense transformations on the island of Santa Catarina. As a moment of recognition of the potential economic and environmental sites, occupancy and consolidation of European colonization, it is during this period that the population of the island redesigns its social and cultural spaces and also imposes a new pace on environmental transformations. The goal of this work is to analyze the process that redefined the “uses” assigned to local natural resources, especially destined for agricultural purposes. The focus of analysis will be the selection of land, products and techniques that generated peculiar agricultural characteristics and constraints with regard for local socio-cultural issues during the imperial period.

**Key words:** environmental transformation, insularity, agriculture.